



Porto abdicou de 22 milhões de euros para baixar fatura das famílias

35 câmaras que mais dinheiro perderam com redução do imposto sobre imóveis abdicaram de 406,9 milhões em 2019

Cada portuense pagou menos 102 euros, diz Anuário Financeiro dos Municípios

Poupança até 300 euros por cidadão com corte no IMI

Carla Sofia Luz
carlaluz@jn.pt

CONTAS A redução da taxa do imposto sobre imóveis (IMI), prática cada vez mais acarinhada pelos municípios, traduziu-se no ano passado em poupanças para cada cidadão que chegam aos 300 euros. Quatro câmaras do Algarve – Albufeira, Loulé, Lagos e Silves – estão entre as autarquias do país com a maior redução per capita. Lisboa, Sintra e Porto deixaram de encaixar 128 milhões de euros e foram os concelhos que abdicaram de mais receita para baixar a fatura do IMI das famílias.

O Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses 2019, apresentado ontem pela Ordem dos Contabilistas Certificados e pelo Centro de Investigação em Contabilidade e Fiscalidade do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave (IPCA) e que faz a radiografia à saúde financeira do poder local, calcu-

la o peso do IMI na carteira dos cidadãos nos 35 municípios que mais dinheiro perderam com a diminuição da taxa. Estas autarquias prescindiram de 406,9 milhões de euros.

À cabeça está Lisboa, que deixou de arrecadar 82 milhões. E isso traduziu-se numa poupança de 161 euros para cada cidadão da capital. No Porto, a perda de receita superou os 22 milhões e o custo do IMI por habitante baixou 102 euros. No Grande Porto, a cobrança de menos imposto gerou poupanças que vão dos 100 aos 24 euros por cidadão nos concelhos da Póvoa de Varzim (100€), Vila do Conde (61€), Matosinhos (50€), Maia (50€), Feira (39€) e Gaia (24€).

Olhando para os 35 municípios, o corte na taxa de IMI de Albufeira foi o que conduziu a uma maior poupança per capita: 301 euros. Seguem-se Loulé e Lagos, que aliviaram a carteira de cada cidadão em 276 euros e 177 euros, respetivamente.

Destacam-se ainda as reduções na fatura do IMI em Silves (133€), em Coimbra (126€) e em Oeiras (99€).

RECEITA DO IMI EM QUEDA

Ainda assim, a receita total dos municípios cresceu 15% na última década e 5,9% só entre 2018 e 2019. No ano passado, entraram nove mil milhões de euros nos cofres camarários, mais 1,18 mil milhões do que em 2010. Desse bolo total, os impostos diretos, indiretos, taxas e licenças valeram 3,56 mil milhões. As receitas fiscais, a crescer desde 2016, já superam as transferências correntes e de capital. O IMT, o IUC e a derrama contribuem decisivamente para o crescimento das receitas fiscais, já que os montantes arrecadados com o IMI baixaram ligeiramente (menos 20,9 milhões do que em 2018).

O olhar à lupa das 308 câmaras do país revela, no entanto, uma capacidade financeira desigual. Os investigadores aler-

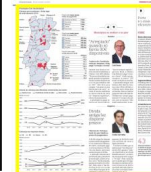
SABER MAIS

Dívida à Banca e aos fornecedores continua a baixar

Os municípios deviam 3,67 mil milhões de euros no final de 2019, menos 8,6 milhões do que no ano anterior. O stock da dívida de médio e longo prazo (à Banca e a fornecedores) também decresceu. 80% das câmaras (252 autarquias) reduziram o seu passivo. Há 22 concelhos que ultrapassaram o limite de endividamento previsto na lei. Os piores são Fornos de Algodres, Cartaxo e Vila Real de Santo António.

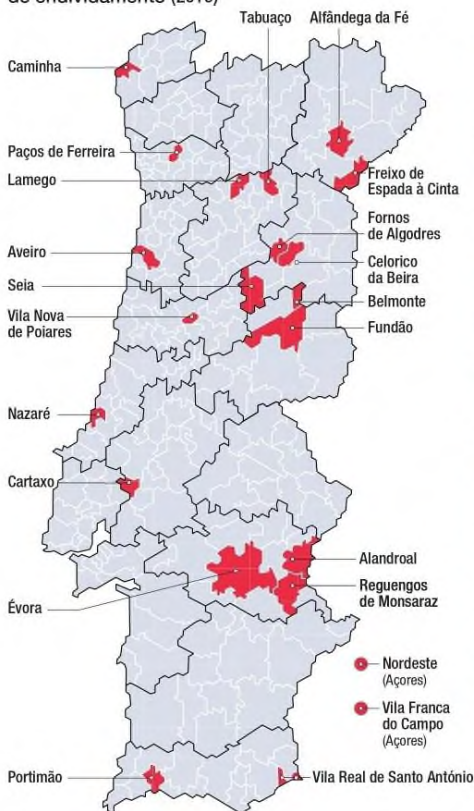
tam para “a frágil independência financeira dos pequenos municípios”, com uma sujeição às transferências do Estado, que supera os 60%.

Em média, cada português paga 215 euros anuais de impostos para a sua câmara. Um valor que não sofreu alteração em relação a 2018. Em 2017, essa fatura era de 191 euros. Há, contudo, autarquias em que o peso dos impostos por habitante é bem maior. Na lista das 10 câmaras com maior índice de imposto por residente, figuram oito concelhos do Algarve com Lagos na posição cimeira. Aqui, o imposto per capita é de 1119 euros. Em Loulé e em Albufeira, também ultrapassa os mil euros por habitante. Essa enorme discrepância em relação à média nacional pode ser explicada pelo investimento no imobiliário de não residentes, como se lê no anuário. Já o lisboeta paga 870 euros de impostos, enquanto o portuense desembolsa 666 euros. ●



Finanças dos municípios

Câmaras que excederam o limite legal de endividamento (2019)



Top-5 com menor prazo médio de pagamento

1.º	Ferreira do Zêzere	0 dias
2.º	Azambuja	0 dias
3.º	Sabrosa	0 dias
4.º	Lisboa	1 dia
5.º	Arronches	1 dia

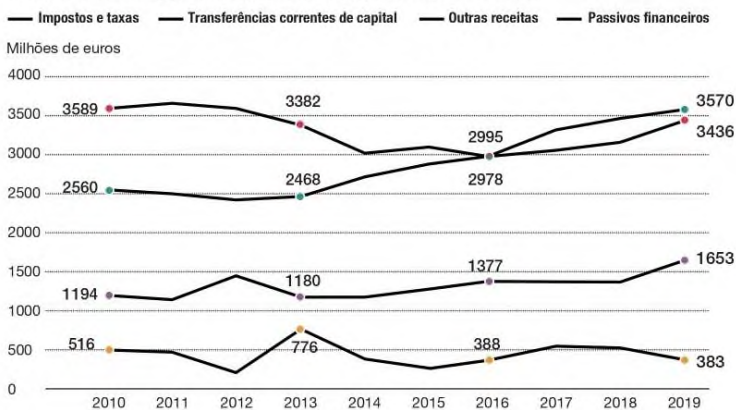
Top-5 com maior prazo médio de pagamento

1.º	Lamego	409 dias
2.º	Tabuaço	376 dias
3.º	Ourique	310 dias
4.º	F. Espada à Cinta	286 dias
5.º	Penafiel	278 dias

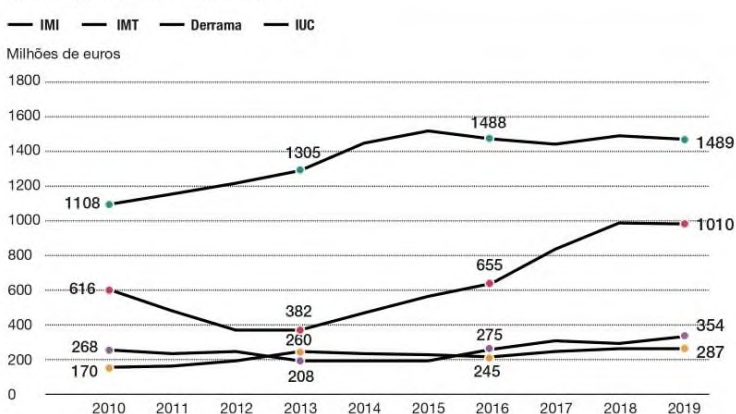
Top-10 com maior receita fiscal em 2019

	milhões €
1.º	Lisboa 532,3
2.º	Porto 179,8
3.º	Cascais 152,5
4.º	Sintra 107,3
5.º	Oeiras 102,2
6.º	Gaia 90,4
7.º	Loulé 74
8.º	Loures 68
9.º	Matosinhos 65,5
10.º	Almada 64,8

Volume de cobrança das diferentes componentes da receita



Cobrança dos impostos diretos



FONTE: ANUÁRIO FINANCEIRO DOS MUNICÍPIOS 2019 - INFOGRAFIA.JN



Municípios no melhor e no pior

Positivo

“Arrepiado” quando só havia 30€ disponíveis



Luís Sousa

Autarca da Azambuja reduziu despesa e hoje paga “a tempo e horas”

Quando Luís Sousa se tornou autarca da Azambuja, a Câmara vivia dificuldades. “Ficava um bocadinho arrepiado quando me apresentavam os saldos disponíveis e eu via que tínhamos 25€ ou 30€”. Mal dava para comprar “um pneu ou uma bateria para um carro”, recorda. O autarca endireitou as contas através do corte em “despesas supérfluas”, obras e alcatroamentos.

A prioridade era pagar salários aos funcionários:

“Isso foi sempre sagrado”, garante. Hoje, a Câmara tem dinheiro e paga “a tempo e horas”. Ainda ontem, comprou “a pronto” 250 testes covid para as escolas. A pandemia obrigou Luís Sousa a abrir mão de eventos, como a Feira de Maio, e a libertar mais verbas para as famílias. Mas as câmaras pequenas não terão mais facilidades em cumprir pagamentos? O autarca diz que não, pois as maiores “têm muito mais receita”. **J.V.S.**

Negativo

Dívida antiga fez disparar prazos



Carlos Carvalho

Câmara de Tabuaço mais do que triplicou prazo de pagamento

A dívida antiga fez disparar o prazo médio de pagamento na Câmara de Tabuaço. Em 2018, a autarquia pagava a fornecedores a 96 dias. Um ano depois, esse prazo aumentou para 376 dias.

A alteração substancial é justificada pelo presidente do município, Carlos Carvalho, com a “dívida atrasada, grande parte dela em tribunal”, bem como à “não formalização de um acordo com o Banco Europeu de Investimento relativo ao pa-

gamento da dívida de mais três milhões de euros à Águas do Norte”.

O autarca acredita que os dados atuais “são distintos” dos de 2019, graças à “redução significativa da dívida durante este ano” e ao facto da autarquia já estar a pagar a “30 dias”. Aliás, estranha que os dados agora divulgados sejam os mesmos do último trimestre de 2019 e que ainda não haja informação sobre a situação financeira de 2020. **E.P.**



Porto é o mais eficiente

ALUPA

Sintra destronada

O Anuário Financeiro dos Municípios avalia vários critérios do desempenho das 308 câmaras e estabelece um ranking de eficácia e eficiência financeira. O Porto ocupa a posição cimeira, destronando Sintra, que liderou nos últimos três anos. Este concelho está na segunda posição. Amadora, Feira, Oeiras, Cascais, Leiria, Maia, Almada e Matosinhos completam o top 10 dos concelhos com mais de 100 mil habitantes.

Lagoa em destaque

O ranking entre os concelhos de média dimensão também tem um novo líder: o Município da Lagoa, no Algarve. Marinha Grande caiu para o segundo lugar, seguindo-se Alcobaça, Castelo Branco e Abrantes.

Arronches no topo

Arronches fez uma corrida para o topo. Em 2017, este pequeno concelho estava em 10.º lugar no ranking do Anuário Financeiro. Em 2019, ascendeu ao primeiro lugar. As posições seguintes incluem Santa Cruz das Flores (Açores), Murtosa, Ponta do Sol (Madeira), Penedono e Vila Nova de Foz Côa.



câmaras tinham um prazo médio de pagamento a fornecedores igual ou superior a 90 dias em 2019. Mais sete municípios do que em 2018.